



11^o Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza – Bruxelas, 10 e 11 de Maio 2012

O 11^o Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza teve como tema os «**Sem-abrigo e o direito à habitação num contexto de crise**». Este evento reuniu 150 delegados (pessoas que vivenciam ou vivenciaram situações de pobreza e / ou sem-abrigo) de 30 países para refletir esta temática abordando três aspetos: o impacto da crise, exemplos práticos e recomendações políticas. Os delegados trocaram ideias com os representantes dos Ministérios Nacionais, a Comissão Europeia, o Comité Económico e Social, investigadores, académicos e organizações não-governamentais.

As principais mensagens das pessoas em situação de pobreza foram as seguintes:

Sobre a realidade da pobreza, sem-abrigo e as dificuldades no acesso à habitação

A pobreza e a condição de sem-abrigo pode atingir qualquer pessoa - As causas da pobreza e a situação de sem-abrigo afetam todas as pessoas, desde a perda de emprego a problemas de saúde mental, a ruturas nas relações afetivas e/ou sociais, as consequências lógicas mas anti-éticas de um mercado de arrendamento e financeiro não regulado.

A discriminação é um problema grave – Pessoas em situação de pobreza, um estilo de vida não convencional, uma habitação precária, um registo criminal ou a trajetória de vida sem situações de emprego, constituem fatores de discriminação no acesso à habitação. Esta discriminação é ainda maior quando se trata de certos grupos como as pessoas com deficiência, as comunidades ciganas, os imigrantes (em situação regular ou ilegal), as famílias monoparentais e as minorias étnicas.

A crise criou perfis de risco adicionais – Os jovens à procura de emprego, as pessoas idosas que veem as suas reformas e as suas poupanças diminuírem e o número crescente de pessoas da classe média que têm de fazer face ao sobreendividamento e a dificuldade de pagamento do crédito à habitação, são alguns exemplos preocupantes dos novos perfis de pessoas em risco de sem-abrigo e de exclusão do acesso à habitação.

As autoridades deveriam parar de “atacar” as pessoas em situação de pobreza – muitas vezes, as autoridades parecem mais empenhadas em “atacar” as pessoas em situação de pobreza do que em combater o fenómeno dos sem-abrigo, por exemplo, através da criminalização da utilização de espaços públicos, destruindo os acampamentos dos grupos de pessoas sem-abrigo, expulsando-os dos locais onde pernoitam, entre outros. As pessoas não deveriam ser criminalizadas/responsabilizadas pela sua situação de pobreza.

A condição de sem-abrigo e de exclusão habitacional são simultaneamente causa e consequência da pobreza, da exclusão social, do desemprego, de problemas de saúde, entre outros. – A falta de

habitação permanente compromete a capacidade das pessoas para manter ou encontrar um emprego, para se manterem saudáveis, para terem acesso aos seus direitos, para viverem em dignidade e para participarem plenamente na sociedade. Isso permite o surgimento e a manutenção de um círculo vicioso de exclusão.

O acesso à habitação social é extremamente difícil – Em muitas áreas, as pessoas sem acesso a um emprego decente ou a um rendimento mínimo têm que esperar muito tempo para a aceder a uma habitação social, podendo as dificuldades e os desafios que enfrentam para estabilizarem as suas vidas serem fortemente agravados por esta situação. Há falta de habitação social e de critérios de elegibilidade que dêem prioridade aos sem-abrigo no acesso a este tipo de habitação.

O mercado de arrendamento privado está insuficientemente regulado ou estimulado para oferecer soluções – Rendas elevadas, proprietários preconceituosos e a falta de proteção legal impedem que as pessoas mais vulneráveis, na maioria dos casos, não tenham acesso à habitação no setor privado e/ proteção contra as condições de habitação imprópria e às situações de despejos.

Os abrigos não constituem uma solução a longo prazo para os sem-abrigo – Os esforços desenvolvidos pelas várias organizações para garantir um abrigo temporário têm simplesmente quebrado o ciclo do ‘dormir na rua’ e não conseguiram apoiar ou fazer com que as pessoas se mudassem para uma habitação permanente ou resolver outros problemas que os afetam, daí a institucionalização de muitos sem-abrigo.

Sobre as abordagens e soluções necessárias

O acesso à habitação é um direito fundamental que necessita de ser reforçado – Os acordos internacionais, as declarações de diferentes instituições europeias e algumas constituições nacionais da UE reconhecem o direito à habitação. É necessário fazer muito mais a nível europeu e dos Estados Membros para colocar em prática este direito, em linha com os direitos correspondentes, por exemplo, ao nível da saúde e da educação.

As abordagens das “Casas Primeiro» (Housing First) são importantes – Para muitos sem-abrigo é melhor e mais barato encontrar uma solução imediata para resolver o problema de habitação e tratar dos outros problemas posteriormente, ao invés de procurarem resolver outras situações de risco ou de alojamento temporário. No entanto, a solução das “Casas Primeiro» não deve ser utilizada para dismantelar as soluções de emergência e outros serviços necessários ou para coagir as pessoas para uma habitação inadequada às suas necessidades.

A complexidade do fenómeno dos sem-abrigo e a exclusão do acesso à habitação requerem soluções integradas – A ‘Casa Primeiro’ não significa apenas uma casa. É essencial um apoio específico para fazer face a outras questões como a saúde, a educação; um emprego, ou um rendimento mínimo, elementos que são necessários garantir.

Acabar com os inúmeros edifícios desocupados que poderiam abrigar milhões de pessoas – Com um pouco de vontade política, seria possível acabar com os especuladores que deixam ao abandono um número significativo de prédios vazios, enquanto outros cidadãos não têm onde viver. O aumento dos impostos sobre os imóveis desocupados poderia constituir uma fonte de receita para o investimento no domínio social.

Os serviços devem ser integrados nos locais de contacto com as pessoas sem-abrigo – A complexidade e a burocracia da prestação de serviços em matéria de saúde, habitação, de emprego, entre outros, não pode continuar a ser um desafio adicional para as pessoas vítimas ou em risco de exclusão habitacional. É necessário criar balcões únicos onde os sem-abrigo possam satisfazer as suas necessidades, que são frequentemente muito complexas.

As pessoas sem-abrigo e em situação de exclusão habitacional devem ser envolvidas nas decisões que afetam o quotidiano das suas vidas – Por uma questão de dignidade pessoal e para aumentar a definição de soluções de sucesso, é essencial que as pessoas recebam apoio para participar ativamente na definição de planos ou políticas para melhorar a sua própria situação.

Estratégias de habitação e sem-abrigo – É necessário o desenvolvimento de estratégias integradas de habitação e sem abrigo – que já provou ser eficaz – a nível local, regional, nacional e europeu. As pessoas que vivem em situação de pobreza e de sem-abrigo devem ser envolvidas na elaboração e implementação destas estratégias.

A mensagem chave dos delegados foi que já houve demasiadas medidas para combater a crise económica, estando estas a agravar ainda mais a pobreza e a exclusão social. Para reforçar esta mensagem, os delegados mostraram simbolicamente um cartão vermelho às instituições europeias por permitirem que o «ónus da crise recaia totalmente sobre os pobres, da qual não têm culpa, enquanto aqueles que deveriam ser chamados a prestar contas continuam ilesos, tornando-se ainda mais ricos». Os delegados sentem que as palavras dos políticos sobre a redução da pobreza e dos sem-abrigo na UE estão vazias de sentido.

Está na hora de desenvolver verdadeiras estratégias de inclusão de sem-abrigo na União Europeia, não só no papel, mas apoiadas por ações significativas

É necessário melhorar a recolha de dados e a compreensão das realidades que enfrentam as pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão habitacional. Os Fundos Estruturais da União Europeia deveriam ser estrategicamente utilizados para apoiar a redução da pobreza e do fenómeno dos sem-abrigo. São necessárias estas e outras ações, a nível europeu, para garantir o acesso à habitação e aos meios financeiros que garantam uma vida digna a todos os cidadãos que vivem no espaço da União Europeia. Isto é essencial para atingir a meta europeia de redução da pobreza e garantir o sucesso do projeto europeu globalmente.

Organização do Encontro: *A Presidência Dinamarquesa do Conselho da União Europeia organizou o 11º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza, nos dias 10 e 11 de maio de 2012 em Bruxelas com o apoio da Comissão Europeia e a ajuda da Rede europeia Anti-Pobreza (EAPN) e da FEANTSA. O Encontro teve lugar no Palácio d’Egmont cedido pelo Governo belga.*

O relatório completo deste Encontro estará disponível brevemente.